

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 116.927 - BA (2019/0247719-0)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECORRENTE : ANTONIO MASCARENHAS (PRESO)**  
**ADVOGADO : ALBERTO CARVALHO SILVA - BA020591**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **ANTONIO MASCARENHAS**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Colhe-se dos autos que o paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva, pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 12, 16, IV, e 17, da Lei n. 10.826/2003.

Neste recurso, sustenta que: **a)** é ilegal a entrada das autoridades policiais na residência do paciente sem mandado de busca e apreensão; **b)** a prisão cautelar "é desprovida de fundamentação idônea e baseada em fundamentos genéricos" (e-STJ, fl. 129); **c)** "é primário" e "sem antecedentes criminais" (e-STJ, fl. 130)

Requer a revogação de sua prisão preventiva, mediante imposição de medidas cautelares diversas.

O Ministério Público opina pelo desprovimento do recurso.

**É o relatório.**

Inicialmente, convém destacar que não comporta provimento o pedido de relaxamento da prisão cautelar devido as irregularidades apontadas pela defesa no flagrante.

O Tribunal local, ao analisar referido tema, consignou:

"Sustenta, inicialmente, o Impetrante a ilegalidade da custódia cautelar pela ausência de prova da materialidade, haja vista sua ilicitude, uma vez que coletada em detrimento da garantia constitucional à inviolabilidade do domicílio.

2. Pois bem, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE nº 603.616/RO, em repercussão geral, decidiu que o ingresso em domicílio sem mandado judicial, tanto durante o dia quanto no período noturno, seria legítimo somente se baseado em fundadas razões, devidamente amparadas pelas circunstâncias do caso concreto, que indiquem situação de flagrante no interior da residência.

3. *In casu*, sem adentrar no mérito do feito originário, conforme se extrai do Auto de Prisão em Flagrante (ID 3596971), após o recebimento de informações de que havia uma oficina clandestina destinada ao conserto e fabricação de armas na cidade de Tucano, os agentes policiais deslocaram-se até a residência do Paciente, sendo-lhes facultado o ingresso no local. É o que se extrai dos depoimentos das testemunhas CB/PM Edvando Luiz de Almeida e DS/PM Marcos Marinho da Gama (fls. 07/08 do ID 3596971) e do próprio interrogatório do Paciente Antônio Mascarenhas, no qual afirmou que "os policiais militares" e que ele "apareceram em sua residência e bateram na porta permitiu a entrada dos policiais em sua

casa” - fl. 10, ID 3596971. sic 4. Nestes termos, havia fundadas razões para que os agentes estatais acreditassem que na residência do Paciente existiam atos criminosos sendo praticados, razão pela qual, tratando-se de crimes permanentes – arts. 16 e 17, da Lei 10.826/2003, não há como se reconhecer que houve ilicitude na aquisição da prova, tanto mais porque a entrada no domicílio se deu por meio de autorização.” (e-STJ, fls. 100-101)

Tem-se que o art. 5º, XI, da Constituição Federal, conquanto consagre a regra da inviolabilidade de domicílio, admite o ingresso forçado, sem mandado judicial e a qualquer horário, ante a excepcional situação de flagrante delito, a qual, inclusive, protraí-se no tempo em caso de crime permanente, como o tráfico de drogas.

Nesse contexto, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 603.616/RO, firmou entendimento no sentido de que “a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas *a posteriori*, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade dos atos praticados” (Rel. Ministro GILMAR MENDES, julgado em 5/11/2015, DJe de 10/5/2016).

No caso em exame, segundo consta do acórdão impugnado, os agentes policiais, após informações de que havia uma oficina clandestina destinada ao conserto e fabricação de armas na cidade de Tucano, deslocaram-se até a residência do paciente, que legitimou a entrada dos policiais no domicílio, ainda que sem autorização judicial.

Nesse contexto, acolher a versão apresentada pela defesa de que não foi franqueada a entrada dos policiais, demandaria o revolvimento fático-probatório, procedimento vedado na via estreita do *habeas corpus*.

Quanto ao mais, tem-se que a prisão preventiva do paciente foi decretada pelos seguintes fundamentos:

“Em relação ao *periculum libertatis*, observo que este requisito resta demonstrado pela gravidade do suposto crime analisado em concreto. Depreende-se dos autos que o indivíduo foi flagrantado, na posse das seguintes armas e apetrechos: a) uma pistola calibre .38, com dois canos, sem numeração; b) 08 (oito munições), calibre .38; c) 01 (um) fuzil cal.762, nº A7467, marca Herstal; d) 84 (oitenta e quatro) munições cal. 762; e) 02 (duas) espingardas de calibre indefinido; e) 06 (seis) canos p/ espingarda; 02 (dois) corpos de revólver cal.22; f) 04 (quatro) coronhas de espingarda; g) 01 (um) par de coturnos pretos; h) 01 (uma) farda camuflada; i) 57 (cinquenta e sete) espoletas; j) 09 (nove) vasilhames contendo pólvora; k) 05 (cinco) feixes para espingarda; l) 01 (um) cartucho de espingarda calibre 12; m) 01 (um) cartucho de espingarda calibre 36; n) 01 (um) cartucho de espingarda calibre 32; o) 01 (um) cartucho de espingarda calibre 28; p) 01 (um) cartucho de espingarda calibre 44.

A expressiva quantidade e variedade de armamento e material bélico encontrado na residência do autuado já revela a gravidade do delito e a sua periculosidade. Não bastasse isso, o custodiado, durante o seu interrogatório, na presença de seu advogado, asseverou que já cumpriu pena alternativa por dois anos, em virtude de condenação por delito de idêntica natureza. E mais, disse também que trabalha como ferreiro e armeiro na cidade de Tucano/Ba há mais de 30

(trinta) anos.

Tais circunstâncias, portanto, revelam que o risco de reiteração delitiva, na espécie, é por demais acentuado, razão pela qual medidas cautelares diversas da prisão não serão suficientes para resguardar a ordem pública.

Com efeito, a medida extrema, no presente caso, é legítima, proporcional e necessária." (e-STJ fls 16-17)

De acordo com o art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

No caso, observa-se que a custódia cautelar está suficientemente motivada na necessidade de garantia da ordem pública, haja vista a gravidade do fato e a reiterada conduta delitiva do agente.

Segundo consta, o paciente foi surpreendido na posse de a) uma pistola calibre .38, com dois canos, sem numeração; b) 08 (oito munições), calibre .38; c) 01 (um) fuzil cal.762, nº A7467, marca Herstal; d) 84 (oitenta e quatro) munições cal. 762; e) 02 (duas) espingardas de calibre indefinido; e) 06 (seis) canos p/ espingarda; 02 (dois) corpos de revólver cal.22; f) 04 (quatro) coronhas de espingarda; g) 01 (um) par de coturnos pretos; h) 01 (uma) farda camuflada; i) 57 (cinquenta e sete) espoletas; j) 09 (nove) vasilhames contendo pólvora; k) 05 (cinco) feixes para espingarda; l) 01 (um) cartucho de espingarda calibre 12; m) 01 (um) cartucho de espingarda calibre 36; n) 01 (um) cartucho de espingarda calibre 32; o) 01 (um) cartucho de espingarda calibre 28; p) 01 (um) cartucho de espingarda calibre 44. Além disso, ele é reincidente específico.

Dessarte, segundo jurisprudência desta Corte, "a persistência do agente na prática criminoso justifica, *a priori*, a interferência estatal com a decretação da prisão preventiva, nos termos do art. 312 do CPP, porquanto esse comportamento revela uma periculosidade social e compromete a ordem pública" (RHC 118.027/AL, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 14/10/2019).

No mesmo sentido:

"PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDADO RECEIO DE REITERAÇÃO DELITIVA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. NÃO CABIMENTO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não-conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

II - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução

criminal ou a aplicação da lei penal, *ex vi* do artigo 312 do Código de Processo Penal.

III - Na hipótese, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, para a garantia da ordem pública, em razão de o paciente ser reincidente, ostentando "condenações penais com trânsito em julgado pela prática delitiva de posse irregular de arma de fogo de uso permitido, porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, estando, inclusive, em cumprimento de pena", o que revela a probabilidade de repetição de condutas tidas por delituosas e justifica a imposição da segregação cautelar ante o fundado receio de reiteração delitiva, somado à apreensão de 50 g de cocaína, 0,8 g de maconha e diversos pinos utilizados para acondicionar as drogas, circunstâncias indicativas de um maior desvalor da conduta em tese perpetrada, bem como da periculosidade concreta do agente, a revelar a indispensabilidade da imposição da prisão preventiva na hipótese. (Precedentes).

IV - Não é cabível a aplicação das medidas cautelares alternativas à prisão, *in casu*, haja vista estarem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal.

Habeas corpus não conhecido."

(HC 519.060/MG, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 01/10/2019, DJe 11/10/2019)

Pelos mesmos motivos acima delineados, entendo que, no caso, é inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois a gravidade concreta da conduta delituosa e a periculosidade do recorrente indicam que a ordem pública não estaria acautelada com sua soltura. Sobre o tema: RHC 81.745/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 1º/6/2017, DJe 9/6/2017; RHC 82.978/MT, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 1º/6/2017, DJe 9/6/2017; HC 394.432/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 1º/6/2017, DJe 9/6/2017.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **RIBEIRO DANTAS**

Relator